

O Núcleo Colonial Vaz de Mello em Viçosa (MG) (1915-1930)

The Vaz de Mello colony in Viçosa (MG) (1915-1930)

Ana Paula Santiago de Lima¹

Maria Isabel de Jesus Chrysostomo²

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar a formação do Núcleo Colonial Vaz de Mello, fundado em 1915, no município de Viçosa (MG). Por meio da análise documental e bibliográfica, foi possível compreender como o nascimento da colônia se constituiu em evento fundamental para entender as principais características da política de imigração em Minas Gerais e os efeitos territoriais no município de Viçosa no começo da República.

Palavras-chave: Imigração estrangeira. Políticas territoriais. Colônia Vaz de Mello.

Abstract: The purpose of this essay is to analyze the formation of the Vaz de Mello colony, funded in 1915, in Viçosa (MG). Through documentary analysis of newspapers published in the city since the mid 1800s, and the reading and systematization of the register book of immigrants that arrive in the colony, this essay was able to understand how the birth of the colony constituted a fundamental event to comprehend the main social and spatial characteristics that the colony represented to Viçosa at the beginning of the First Republic.

Keywords: Foreign Immigration. Territorial Policies. Vaz de Mello Colony.

Introdução

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar de que maneira a fundação da Colônia Vaz de Mello, criada em 1915 na cidade de Viçosa (MG), se insere nos projetos de modernização da Zona da Mata

¹ Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: ana.santiago@ufv.br.

² Professora voluntária do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: isachrysostomo@ufv.br. Este trabalho recebe apoio da FAPEMIG (APQ-02730-23) e da FAPERJ (E-26/202.770/2023).

mineira, com a intenção de compreender o caráter político, territorial e racial das propostas de imigração estrangeira em Minas Gerais e seus efeitos na referida cidade.

A Colônia Vaz de Mello localiza-se aproximadamente a 8 quilômetros do centro de Viçosa, município mineiro que ocupa atualmente a mesorregião da Zona da Mata. No começo da Primeira República, importantes grupos políticos voltaram seu olhar para a cidade com o objetivo de implementar seus projetos de desenvolvimento econômico. Em um cenário marcado pelo fim da escravidão, ascensão do mercado capitalista e de ideias pautadas no higienismo, a entrada de mão de obra estrangeira no estado de Minas Gerais se disseminou. Tal processo culminou em diversas experiências de criação de colônias agrícolas em Minas Gerais, como foi o caso de Vaz de Mello.

Os argumentos arrolados neste artigo, baseados, primordialmente, nos Projetos e Relatórios da Pesquisa desenvolvidos entre os anos 2021 e 2023³, adotam uma abordagem mista de pesquisa, mesclando métodos qualitativos e quantitativos para analisar as fontes e referências, entre as quais as informações fornecidas pelo jornal local “A Cidade de Viçosa” e o livro de matrícula da Colônia Vaz de Mello. Essas fontes foram confrontadas com livros, artigos e teses que abordam questões sobre imigração e colonização e informações e dados obtidos nos trabalhos de campo realizados entre os anos de 2021 e 2023. O último procedimento objetivou conhecer o espaço onde se situava a referida colônia, o registro de rugosidades presentes na paisagem e a realização de entrevistas com alguns

³ Durante o período de outubro de 2021 a setembro de 2023, a autora atuou como bolsista PIBIC/CNPq em um projeto intitulado “Um Projeto de Modernização do Território: O Núcleo Colonial Vaz de Mello em Viçosa/MG (1915-1930)”. Esse projeto foi coordenado pela autora, Professora Titular da Universidade Federal de Viçosa.

moradores da comunidade, com o intuito de unir os fragmentos que ainda restam da memória local sobre a colônia Vaz de Mello.

Este artigo está dividido em três partes, além desta introdução. Na primeira discutiremos as “Políticas migratórias e melhoramentos espaciais”. Para tal, mobilizamos, além de trabalhos que versam sobre a política de imigração em Minas Gerais, artigos sobre a temática na imprensa local, com o intuito de identificar os personagens envolvidos em sua instalação no município de Viçosa. A segunda parte, “O nascimento da Colônia Vaz de Mello”, analisa os projetos de modernização implantados, em especial os ligados à criação da colônia no início do século XX. Na terceira e última parte retomamos as principais discussões deste artigo e apresentamos as considerações finais.

Políticas migratórias e melhoramentos espaciais

Em Minas Gerais, a política imigratória justificava-se pelo propalado problema de falta de mão de obra enunciado pelas elites, principalmente após a libertação dos escravizados. A política, embora já esboçada desde os anos 1850, estruturou-se principalmente no final do século XIX, após a de São Paulo e do Rio de Janeiro. Um dos atrativos pensados pelas elites mineiras para atrair os imigrantes foi o discurso da existência de terras férteis e vazias disponíveis e mal aproveitadas⁴. Segundo os argumentos empregados pelos políticos, era preciso explorar as potencialidades latentes e não seria economicamente interessante esperar a saturação do estado de São Paulo para que os imigrantes se instalassem em Minas Gerais. Tal

⁴ Cabe assinalar que São Paulo no começo do século XX era o principal produtor de café do país e dispunha em relação aos demais estados da federação das melhores infraestruturas para atrair e fixar os imigrantes que desejassem se instalar.

perspectiva é descrita por Andrade, Botelho e Braga da seguinte forma:

[...] embora Minas Gerais contasse com a maior população entre os estados brasileiros, ela era relativamente rarefeita, o que provocava uma situação em que os trabalhadores livres podiam contar com terras relativamente fartas para prover sua subsistência por conta própria, sem terem de se submeter ao trabalho para outrem. Nesse contexto, a introdução de novos contingentes populacionais direcionados para determinadas áreas do estado poderia auxiliar na diminuição desse contingente de terras livres à disposição daqueles que não queriam se submeter a relações formais de trabalho. Entretanto, a vinda de imigrantes europeus foi sempre encarada como parte de um processo de educação do produtor agrícola mineiro. Para a elite mineira, o estado apresentava um enorme potencial que estava sendo subutilizado em função do desconhecimento ou da resistência em utilizar técnicas mais eficientes de exploração da terra. O exemplo do imigrante, que, imaginava-se, dominava tais técnicas, poderia ajudar a difundir-las (Andrade; Botelho; Braga, 2007, p. 160-161).

Em “Imigração e colonização em Minas - 1889/1930”, análise clássica desenvolvida em 1973 por Norma Góes Monteiro, a autora assinala que na segunda metade do século XIX, a economia mineira era caracterizada pela produção pecuária e pelo desenvolvimento das lavouras de café e do açúcar; processo decorrente do esfacelamento paulatino da economia do ouro que comandava Minas Gerais nos séculos anteriores. Pela força e extensão dessa economia e a de demais produtos, Minas Gerais se destaca como “província agrícola” no século XIX. Todavia, a mudança no padrão produtivo enfrentou alguns desafios, pois se tratava de uma província onde havia problemas de integração, por estar “[...] distante dos pontos exportadores, servida por vias de comunicação escassas e transportes deficientes” (Monteiro, 1973, p. 13).

Portanto, a lavoura só se consolidou quando se iniciou uma série de melhoramentos no sistema viário, sobretudo após a construção da

Estrada União e Indústria, inaugurada em 1861. Essa via se tornou um importante marco de crescimento da província, uma vez que ligava Juiz de Fora a Petrópolis, podendo ser considerada como aquela que impulsionou o surto ferroviário em Minas a partir de 1870. Nesse sentido, em 1889 já havia cerca de 1.800 Km de estradas de ferro nas Gerais, apesar das dificuldades geomorfológicas do território.

A substituição da mineração pela lavoura foi um processo lento e marcado por conflitos, uma vez que tais economias eram baseadas no trabalho cativo, fazendo com que a antiga província se destacasse em relação ao número de escravizados no Brasil. Havia, portanto, dificuldade de atrair trabalhadores livres, pois, segundo Monteiro (1973, p. 16), “[...] em Minas predominava o elemento negro, com a concentração de numerosa escravaria nas áreas cafeeiras”.

Entretanto, a partir da metade dos oitocentos, Minas se vê numa situação relativamente estável, em se tratando de mão de obra, o que, para a autora, refletia os investimentos do governo estadual que implementou medidas visando o povoamento do solo e criação de núcleos coloniais (Monteiro, 1973, p. 17). As primeiras iniciativas, estão relacionadas às ações das companhias estabelecidas em Juiz de Fora e Mucuri.

Em 1856, a Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri e a Companhia União e Indústria de Juiz de Fora iniciaram - para a construção de estradas em seus municípios - a introdução de famílias de imigrantes, em sua maioria de nacionalidade alemã (Monteiro, 1973, p. 18).

O movimento, que se iniciou de forma bastante dispersa, englobava apenas três colônias prósperas: Mucuri, D. Pedro II e Urucu.

Não obstante a preocupação do governo provincial, a política de povoamento em Minas, através de colônias, foi excessivamente modesta. A falta de recursos financeiros por parte do governo e desinteresse do particular, reduziram a

política colonizadora aos núcleos D. Pedro II, Mucuri e Urucu, que apesar de algumas dificuldades iniciais, conseguiram progredir (Monteiro, 1973, p. 19).

No entanto, a vinda e fixação de imigrantes enfrentava muitos problemas nas terras mineiras, entre os quais: a alta demanda de terras destinadas ao latifúndio, terras de baixa qualidade destinada aos imigrantes, dificuldade em conciliar a mão de obra escrava e a imigratória – que se encontrava em situação de saturação –, além da crise financeira em que se encontrava o Brasil no findar da década de 1870, tornando a entrada de imigrantes, por determinado período, facultativa. Nessa medida, a autora descreve que “Para remediar o mal, na década de oitenta surgiu, tanto em São Paulo como em Minas, sociedades formadas com capitais particulares, visando patrocinar a introdução de imigrantes” (Monteiro, 1973, p. 22).

Com o início de uma nova década, Minas tenta novamente encaminhar imigrantes para suas terras. Todavia, para que isso se concretizasse, diversos tipos de auxílio foram destinados aos imigrantes, tais como os incentivos legais, entre os quais os públicos, conforme pode ser observado na legislação:

Pela Lei Provincial n.º 2.819 - de 24 de outubro de 1881, o governo concedia aos proprietários agrícolas, a título de auxílio, subvenção correspondente à metade das despesas de transporte de cada colono estrangeiro que se engajasse para o custeio e amanho de suas lavouras (Monteiro, 1973, p. 22).

É também apreciado pela autora que as leis abolicionistas anunciavam a redução cada vez maior da população cativa no país. Portanto, a possibilidade da abolição dos escravos aumenta os investimentos mineiros na imigração estrangeira. Dessa forma:

Após a promulgação da Lei dos Sexagenários, o Governo Provincial, com o propósito de desenvolver com maior vigor a

imigração e colonização, sancionará algumas leis, sistematizando a introdução e localização do imigrante. Assim, o Serviço de Imigração e Colonização foi objeto da Lei Provincial n.º 3.417, de 26 de agosto de 1887, que fala no auxílio financeiro do governo aos imigrantes da Europa, Ilha do Açores, Canárias e Tenerife, que se estabelecessem na província como proprietários ou locadores de serviços; na criação de um núcleo colonial às margens das Estradas de Ferro Minas e Rio, Mogiana, Oeste de Minas, Leopoldina, Bahia e Minas e também às margens do Rio das Velhas; na construção de uma hospedaria em Juiz de Fora para recebimento gratuito de imigrantes, durante dez dias; na publicação de uma notícia sobre Minas, como propaganda na Europa. Logo em seguida, a Assembléia Legislativa Provincial votava lei autorizando o poder público a despender a quantia de 1:000:000\$000 com a introdução de estrangeiros (Monteiro, 1973, p. 23-24).

O convencimento realizado pelas elites de que mais mão de obra estrangeira era a que iria substituir os escravizados fez com que os proprietários das lavouras de café solicitassem a entrada dos imigrantes. Nessa medida,

Algumas vozes já se faziam ouvir, solicitando a entrada do imigrante. São as dos proprietários da lavoura de café que temem os reflexos da extinção da escravatura; são as dos industriais, que, encontrando-se em fase de expansão, necessitam da mão-de-obra especializada (Monteiro, 1973, p. 24).

O deflagar do processo de industrialização e a propalada necessidade de mão de obra qualificada fez de Juiz de Fora o centro das reivindicações em relação à vinda de mão de obra estrangeira. Essa centralidade se justifica pois o município era o mais industrializado do estado, tendo destaque no uso da mão de obra alemã: “O elemento alemão começa a ser reconhecido como propulsor do progresso de Juiz de Fora através de sua colaboração no desenvolvimento das indústrias [...]” (Monteiro, 1973, p. 24).

Com a crescente industrialização, o número de imigrantes aumentou e, para recebê-los, hospedarias foram criadas em diversas

idades. Em Juiz de Fora destaca-se a Hospedaria Horta Barbosa, inaugurada em maio de 1889, entretanto, outras auxiliares foram criadas devido ao aumento da demanda. A Inspetoria Geral de Imigração, criada em 20 de janeiro de 1888, estipulava as normas de funcionamento das hospedarias, além de dar aval para a criação de núcleos coloniais oficiais e particulares, aos quais eram destinados incentivos financeiros. Vale ressaltar que nesse período a abolição da escravatura estava próxima, mas a adoção dessas medidas excluiu o trabalhador nacional, que ficou à margem: “Oferecia-se ao estrangeiro o que era negado ao nacional: estabilidade” (Monteiro, 1973, p. 29).

Os incentivos, entretanto, eram desigualmente distribuídos e, por esse motivo, entre os anos de 1882 e 1887, dos mais de 140 mil estrangeiros que entraram no porto do Rio de Janeiro, apenas 7,9% dirigiram-se a Minas Gerais. O restante dessa população destinou-se a São Paulo, que se destacava como principal polo industrial do Brasil nesse contexto. Devido a uma série de razões, Minas não se mostrava atrativa para os imigrantes estrangeiros, principalmente no que se relacionava ao tratamento dos proprietários com os mesmos. Segundo Monteiro (1973, p. 31), “Habitados a lidar com escravos, abusavam do imigrante com a aplicação de castigos físicos, de sonegação de salários e de inadimplemento dos contratos de parceria”. Esse cenário fez com que os poucos imigrantes que entraram em Minas saíssem das fazendas, lotando novamente as hospedarias até que conseguissem retornar aos países de origem, mostrando o “[...] fracasso do esforço em Minas” (Monteiro, 1973, p. 32).

No entanto, apesar de limitada a poucos imigrantes, os recursos envolvidos na política causaram significativo impacto social, econômico e cultural. Isso ocorreu em função dos muitos investimentos feitos para regularização das terras devolutas e para implantação de uma série de infraestruturas, como estradas e

ferrovias. Associado a esses investimentos, incentivou-se cada vez mais a educação agrícola nos núcleos coloniais:

[...] a política de criação dos núcleos coloniais apresentou um importante papel nas propostas de ordenamento do território. Ela significou, pelo menos durante certo período, um maior controle do estado mineiro sobre as propostas de desenvolvimento agrícola capitaneadas por determinados grupos políticos. Ela também representou uma estratégia para promover o crescimento da população do território mineiro, diagnosticado como vazio e pouco povoado (Chrysostomo; Santos, 2014, p. 17).

A imprensa local e as políticas de modernização

Os projetos de modernização em Viçosa, como o relacionado à fundação da Colônia Vaz de Mello foram analisados a partir de várias fontes, com destaque aos conteúdos presentes no jornal local. Para melhor entendimento dessa fonte, nos baseamos na discussão da historiadora Tania Regina de Luca, que assinala a preocupação em identificar os conteúdos, os processos técnicos de produção (industriais ou artesanais), os proprietários e as formas de circulação⁵. Em termos de conteúdo, deve-se observar os contextos de produção para entender as informações de maior relevância e as intencionalidades. No que se refere à circulação, é importante ponderar sobre os meios de transporte utilizados para que este chegue

⁵ Após a metade do século XIX, principalmente na Europa, a imprensa começa a ganhar um maior destaque pelo fato de a industrialização e a urbanização se tornarem mais intensas, atraindo grandes contingentes populacionais para as cidades e gerando condições para que a informação se espalhe mais rapidamente. Surge então a necessidade de informação a partir da imprensa periódica. No Brasil, entretanto, a modernização chega de maneira diferente nos locais e isso se reflete nos recursos utilizados para a confecção dos jornais e até mesmo no número de páginas presentes neles. A exemplo disso podemos citar os primeiros jornais brasileiros, Gazeta do Rio de Janeiro e Correio Braziliense: o primeiro trata-se de um jornal semanal produzido com técnicas mais rudimentares na própria cidade e que tinha apenas quatro páginas. Já o Correio Braziliense era confeccionado em Londres e chegava a conter cerca de cem páginas.

até seu público alvo, e os atores que os financiam, daí a importância de avaliar a quantidade e o conteúdo das propagandas existentes em um periódico.

Mediante os cuidados prescritos, analisamos o jornal “A Cidade de Viçosa”, que inicialmente era constituído por quatro páginas, sendo a última dedicada a propagandas dos mais variados tipos. Nota-se que com o passar do tempo, ocorreram mudanças estéticas nas edições: por exemplo, em 1907, as condições técnicas de produção eram escassas e não havia uma organização do conteúdo no texto, se comparadas com de 1928. Percebem-se, portanto, mudanças na organização do conteúdo e, principalmente, nas propagandas, destacando-se as do ramo automobilístico (Relatório de Pesquisa, 2022).

De forma geral, o jornal trazia em seus exemplares matérias sobre a cidade de Viçosa, festividades, sobre a vida de pessoas públicas e famílias de prestígio e, também, sobre a política do estado e do país. O semanário foi fundado por Carlos Vaz de Melo⁶ e teve como redator chefe, após seu falecimento, seu genro, Arthur da Silva Bernardes, que muito se beneficiou das propagandas feitas a seu favor.

[...] na gestão de Arthur Bernardes havia a exaltação dos aliados políticos e, ao mesmo tempo, a construção dos “inimigos políticos”, mais precisamente, a “demonização” dos pertencentes ao grupo de José Teotônio Pacheco, no qual ocorreu uma ruptura de aliança política (Oliveira, 2019, p. 5).

⁶ De acordo com os dados biográficos do CPDOC, tal personagem é natural de Vila Nova (MG), sendo originário de uma família que dominou o cenário econômico da região central de Minas Gerais. Em 1859, aos 17 anos de idade, entrou para a Faculdade de Direito de São Paulo. Em janeiro de 1866 tornou-se juiz municipal da comarca de Ubá e delegado de polícia da mesma cidade. Dez anos mais tarde, foi designado juiz de Santa Rita do Turvo, atual Viçosa, cargo que ocupou até 1882. Foi membro do Partido Liberal e deputado geral por Minas Gerais de 1881 a 1885 e prefeito de Viçosa de 1887 a 1890. Fundou em Viçosa duas fábricas de tecidos e o semanário Cidade de Viçosa. Faleceu em Viçosa em 3 de novembro de 1904, no exercício do mandato de senador. Extraído de: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MELO,%20Carlos%20Vaz%20de.pdf>. Acesso em: 26 junho 2024.

No que se refere aos personagens que estão sistematicamente presentes nos jornais, a pesquisa verificou que as figuras que mais apareceram foram Carlos Vaz de Melo e Arthur da Silva Bernardes. Exemplo disso são as publicações que trazem o nome desses personagens, como a edição de 25 de janeiro de 1903, na qual divulga-se que o Sr. Carlos Vaz de Mello foi um dos nomeados à candidatura para o Senado mineiro, e na edição de 8 de março do mesmo ano, na qual se propaga a sua vitória no pleito após a contagem dos votos (Oliveira, 2019).

Arthur Bernardes aparece no semanário com frequência e, assim como seu sogro, é sempre elogiado no jornal. Essa exaltação pode ser vista como uma forma de autopromoção, já que era responsável pelo periódico. A exemplo disso temos a edição de março de 1918, em que as páginas do jornal estampavam as comemorações de sua vitória nas eleições para presidente do estado de Minas. A edição de setembro de 1919 vai na mesma direção e exalta sua figura em matéria, ao afirmar que “o eminente estadista que, com admirável claridade, energia e tevacidade, tem productiva da fecunda terra mineira”. De forma geral, Bernardes era considerado um administrador preocupado com as questões educacionais, uma vez que se empenhou em instalar no município o Ginásio, a Escola Normal e, posteriormente, quando era presidente do país, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), em 1926.

Nessa circunstância, ampliam-se as preocupações com a urbanização na cidade, cujo começo data do fim do século XIX, como é descrito abaixo:

[...] esse primeiro momento de urbanização de Viçosa foi impulsionado pelo potencial da atividade agrícola, que se tornou um importante fator de atração para a população de

outras cidades, bem como um catalisador para a chegada de novas ideias, como algumas ligadas ao urbanismo sanitário, que já era verificável em Viçosa na década de 1890, quando a Resolução n. 1, de 1º de outubro de 1892, autorizou o agente executivo municipal (cargo equivalente ao de prefeito atualmente) a realizar operações de crédito necessárias à canalização de água potável e esgoto na cidade (Pacheco, 2023).

Como exemplo dessas políticas temos a construção do Ginásio de Viçosa, na praça principal da cidade, “que contaria com um belo jardim, iluminação elétrica, calçamento, rede de esgoto e água tratada” (Jornal “A Cidade de Viçosa” ANO: XXII, Número: 4, Data: 6 de abril de 1913), a inauguração da linha férrea, que “gera uma sensação de ‘delírio na alma’, visto as novas possibilidades” (Jornal “A Cidade de Viçosa” Ano: XXII, Número: 52, Data: 29 de março de 1914), assim como a inauguração do Hospital Regional e da Escola Superior de Agronomia e Veterinária em 1926. Tais investimentos foram exaltados como empreendimento idealizado por Arthur Bernardes que daria mais “um passo para o renascimento do Estado e principalmente para a cidade de Viçosa” (Jornal “A Cidade de Viçosa” Ano: XXXIV, Número: 72, Data: 19 de setembro de 1926).

O nascimento da Colônia Vaz de Mello

As ideias de colonização em Viçosa começaram a aparecer quando as elites implantaram a Estrada de Ferro Leopoldina em 1884; processo que modificou os padrões de circulação vigentes na época, propiciando um maior fluxo de pessoas, tecnologias e mercadorias; o que favoreceu a economia cafeeira.

Associada, portanto, a um conjunto de políticas de modernização no começo da República, fundou-se o Núcleo Colonial Vaz de Mello, também chamado de Colônia Vaz de Mello (Projeto de

possivelmente explica os futuros investimentos feitos na cidade, como a vinda dos colonos estrangeiros na região na época de Arthur Bernardes (Relatório de Pesquisa, 2022).

Reivindicada pelas elites dirigentes junto à Assembleia Legislativa, a Colônia Vaz de Mello não só é justificada para alavancar o progresso do município de Viçosa, mas representa estratégias de reposicionamento do papel político e econômico do município no interior da referida região e do estado de Minas Gerais. Ressalta-se que junto aos investimentos da colônia, outros foram realizados para a sua instalação, como a implantação de escolas, postos de correio, estradas etc. (Relatório de Pesquisa, 2022). Assinalamos que a implantação da ferrovia, sem dúvida, foi um dos elementos que possibilitaram a vinda dos estrangeiros para Viçosa, pois era uma das condições necessárias para a criação de uma colônia agrícola.

Apesar de o município ter um núcleo colonial, que expressou disputas acirradas com outras lideranças locais, de uma maneira geral, as menções a seu estabelecimento e existência foram pouco contempladas no jornal, até aproximadamente o ano de 1919. Todavia, mesmo não existindo matérias que assinalam o desejo das elites pela vinda de imigrantes estrangeiros, indiretamente aparecem referências nos jornais sobre a questão da imigração, denotando o seu interesse na questão das terras e a possibilidade de implantação de núcleos agrícolas, como pode ser observado na edição de agosto 1904:

TERRAS DEVOLUTAS: "Foi sancionada, sob nº378, o decreto legislativo, autorizando o governo a fazer concessões gratuitas de terras devolutas ou de quaisquer outras que possam ou venha possuir a empresas que se proponham a estabelecer colônias agrícolas no Estado (Jornal "A Cidade de Viçosa". Ano: XI, Número: 562, Data: 21 de agosto de 1904).

Os maiores destaques a respeito da colônia se concentram, principalmente, a partir de 1919, ano em que as obras de instalação no

núcleo já se encontravam em adiantado estado. É um momento em que Arthur Bernardes alcançou alguns postos em sua carreira política e, por meio de negociações, angariou recursos para a sua instalação. A seguir, apresenta-se a caracterização feita no jornal local acerca da população que se estabeleceu em Vaz de Mello:

No fim do primeiro semestre do corrente anno a população do referido nucleo, sendo 34 do sexo masculino, 27 do feminino, 28 maiores e 33 menores de 12 anos, 43 solteiros, 15 casados e 3 viuvos, 28 sabiam ler e 33 não sabiam ler nem escrever, 59 agricultores e 2 funcionários, professando todos a religião catholica. (Jornal "A Cidade de Viçosa". Ano: XXVII, Número: 322, Data: 17 de agosto de 1919)

Nas páginas do jornal "A Cidade de Viçosa" foi possível perceber uma certa exaltação aos novos colonos e ao núcleo colonial. Foram representados como "magnificos lotes, servidos por confortaveis casas de morada, a proposito construídas para recebel-os" (Jornal "A Cidade de Viçosa" Ano: XXVIII, Número: 363, Data: 20 de junho de 1920). Tal aspecto é também mencionado na matéria em que é propagandeado o recebimento de sementes e mudas:

mostram-se grandemente animados e satisfeitos não só com a notavel e compensadora fertilidade das terras, como tambem com as facilidades que lhes são proporcionadas para a cultura das mesmas e o carinhoso trato que lhes tem sido dispensado pelo Governo, autoridades locais, o director da colonia. (Jornal "A Cidade de Viçosa" Ano: XXVIII, Número: 379, Data: 24 de outubro de 1920).

Os dados extraídos do Livro de Matrícula revelam várias informações sobre a colônia. Com relação à nacionalidade, constatamos que a maioria era composta de brasileiros (53%), seguida de alemães (42%), mas também foram morar na colônia sírios (3%), portugueses (1%) e belgas. No que se refere à faixa etária, havia na colônia crianças (0 a 12 anos), adolescentes (13 a 25 anos), jovens (26 a

35 anos), adultos (36 a 50 anos) e idosos (51 a 59 anos). As crianças representavam a maior quantidade dos colonos, 35%, os adolescentes eram 27%, jovens, 13%, adultos 18%, e, finalmente, os idosos perfaziam 4% da população. O elevado número de crianças revela que os casais de colonos que vieram para a colônia tinham muitos filhos. Em contraposição, o baixo número de idosos mostra dois aspectos: o recrutamento prioritário de jovens e adultos e a baixa expectativa de vida (Relatório do Projeto de Pesquisa, 2022).

Quanto ao estado civil dos colonos, os dados demonstram que os solteiros representavam 45%, enquanto os casados 35%. Nos registros consta apenas um colono viúvo, sendo que 20% da população ali instalada não declarou seu estado civil. Em relação à religião que os colonos professavam, no livro consta que 34% se declararam católicos e o restante dos 66% não declararam nenhuma religião (Relatório do Projeto de Pesquisa, 2022). Imagina-se que essa omissão esteja relacionada ao receio dos imigrantes estrangeiros em se declararem como protestantes, como era o caso dos colonos alemães.

Os colonos que chegaram em Viçosa tiveram, mesmo que de forma limitada, a oportunidade de se estabelecerem em lotes e residências, receberam insumos agrícolas e alguma infraestrutura para dar início à produção. O apoio do Estado é registrado em edições do jornal da cidade, que relata que quando os colonos chegaram em Vaz de Mello, receberam terras e outros recursos:

[...] chegaram a esta cidade 19 famílias de emigrantes allemães, num total de 79 pessoas, destinadas à prospera Colonia Vaz de Mello, sita no districto desta cidade. (...) partiram os emigrantes para a Colonia, onde se acham localizados em magnificos lotes, servidos por confortaveis casas de morada, a proposito construídas para recebê-los (Jornal "A Cidade de Viçosa". Ano XXVIII, Número: 353, Data: 11 de abril de 1920).

Entretanto, o mesmo tratamento não foi dado aos ex-escravizados, que permaneceram sem terras e oportunidades de trabalho digno na cidade e região. Nessa perspectiva, cabe assinalar que a escolha das elites viçosenses pela mão de obra branca estava em sintonia com as teorias racistas vigentes à época, que consideravam que o progresso não era possível com o trabalho de ex-escravos e indígenas. Portanto, para esses grupos, tanto para melhorar a produção como a raça, era necessário branquear a população (Relatório do Projeto de Pesquisa, 2023).

Tal ótica é sugerida em algumas matérias, a exemplo dessa publicada no Jornal “A Cidade de Viçosa”, que exalta o trabalho dos alemães:

[...] aquele futuroso nucleo colonial deixa nos que o visitam a mais grata e animadora impressão, decorrente do extraordinario desenvolvimento e pouco tempo attingido pela cultura das suas terras fertilissimas, graças a acção patriótica do nosso Governo e ao trabalho intelligente e fecundo do colono allemão, raça verdadeiramente privilegiada no que concerne ao methodo, perseverança e irreductivel coragem com que enfrenta a luta pela existencia (Jornal “A Cidade de Viçosa” Ano: XXVIII, Número: 379, Data: 24 de outubro de 1920).

Pensando no modelo de desenvolvimento adotado no município de Viçosa, que flertava com as teorias racistas vigentes no período de sua construção, podemos refletir sobre algumas marcas deixadas por esse poder simbólico nos espaços da cidade. Um exemplo notável é a segregação socioespacial presente nos diversos espaços do município, sejam eles rurais ou urbanos, a qual se manifesta em todos os espaços da cidade, inclusive na colônia, onde os contrastes são evidenciados nas imagens a seguir.

Imagens 1, 2, 3 e 4: Representações distintas dos modos de vida dos moradores da Colônia Vaz de Mello nos tempos atuais.



Fonte: Relatório da Pesquisa (2021, 2022).

A ideia da colônia não deu certo. Os colonos não permaneceram nas anunciadas “férteis terras” que a eles foram destinadas. Por que mesmo tendo recebido apoio governamental, os estrangeiros decidiram voltar para o seu país? Para responder essa questão recorreremos mais uma vez à análise de Monteiro (1973). Para a autora foram variadas razões que explicam o fracasso das propostas de colonização, desde a dificuldade de concorrência com São Paulo, por exemplo, como o fato de Minas Gerais apresentar seu território isolado e distante dos pontos de distribuição, até mesmo a “desorganização do trabalho, devido ao fim da escravidão, e a baixa densidade demográfica do território” (Monteiro, 1973, p. 50). Essas dificuldades levaram ao “pequeno e inexpressivo fluxo para formação de núcleos coloniais que, se não atenderam ao objetivo primordial – o povoamento – muito menos o fizeram em relação à mão de obra” (Monteiro, 1973, p. 51).

Considerações finais

A Colônia Vaz de Mello é, ao mesmo tempo, continuidade e ruptura de um processo de mudanças radicais na política de imigração já em curso em Minas Gerais. Sustentada por ideologias geográficas impregnadas por visões e representações negativas sobre a mão de obra negra e brasileira, as colônias agrícolas constituíram-se como os principais dispositivos para justificar a vinda e instalação de imigrantes estrangeiros na cidade e afirmar um ideal de povo que excluía os negros e pobres (Projeto de Pesquisa, 2021).

Como já concluído no projeto de pesquisa, a colônia, como muitas em Minas Gerais, não alcançou os resultados esperados, tendo seu destino marcado pelo retorno de grande parte dos imigrantes estrangeiros à sua nação, em função das enormes dificuldades encontradas para a permanência dos colonos no Brasil. No entanto, seu estabelecimento deixou marcas importantes no território viçosense. Inserida nas políticas de imigração estrangeira pensadas para Minas Gerais, o Núcleo Vaz de Mello é mais um exemplo de como as ideologias e práticas espaciais serviram para afirmar projetos de modernização agrícola pensados pelas elites viçosenses. Todavia, a análise da constituição dessa colônia agrícola também permitiu entender que a exclusão de grupos populacionais, constituídos de negros e indígenas, promovida através da política imigratória, foi processo que ainda reverbera na cidade.

Por fim, cabe ressaltar que a materialidade paisagística, que é o conjunto de elementos físicos e simbólicos que compõem a paisagem, se conecta à memória local a partir do momento em que ela se envolve com as percepções das pessoas de determinado tempo e

espaço. Nesse caso, a paisagem da colônia guarda em si os elementos que remetem à sua origem, assim como os desdobramentos desse empreendimento, que não se concretizou da forma que foi idealizado.

Referências bibliográficas

BOTELHO, T. R. BRAGA, M.P. ; ANDRADE, C.V. (2007) Imigração e família em Minas Gerais no final do século XIX. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 155-176 - 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/nLps6NJJVcMq73gHmHp3J5g/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 26 de junho de 2024.

CHRYSOSTOMO, M. I. de J. **Um projeto de modernização do território: O Núcleo Colonial Vaz de Mello em Viçosa (MG) (1915-1930)**. (Projeto de Pesquisa, 2021, 2022).

CHRYSOSTOMO, M. I. de J. ., & SANTOS, H. M. G. (2014) . TERRITÓRIO, JOGOS DE PODER E IMIGRAÇÃO EM MINAS GERAIS NO FINAL DO XIX. **I Seminário Internacional: Brasil no século XIX**. Disponível em: <https://www.seo.org.br/images/Anais/Arthur/Maria%20Isabel%20de%20Jesus%20e%20Higor%20Mozart.pdf> Acesso em: 26 de agosto de 2024.

FARIA, T. C. de A. MARIA, A. C. de S. STEPHAN, I. I. C. UM RETRATO DA EVOLUÇÃO URBANA DE VIÇOSA-MG: IMPACTOS DA FEDERALIZAÇÃO DA UFV SOBRE A CIDADE (1969-2014) . **R. Bras. Planej. Desenv.**, Curitiba, v. 3, n. 1, p. 37-54, jan./jul. 2014. Disponível em: Um retrato da evolução urbana de Viçosa-MG: impactos da federalização da UFV sobre a cidade (1969-2014) | Maria | Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento (utfpr.edu.br) Acesso em: 27 de junho de 2024.

LIMA, A. P. S. **Um projeto de modernização do território: O Núcleo Colonial Vaz de Mello em Viçosa (MG) (1915-1930)**. (Relatórios de Pesquisa, 2022-2023).

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

MONTEIRO, N. de G., **Imigração e colonização em Minas 1889-1930**. Belo Horizonte: 1973.

OLIVEIRA, N.F., ARTHUR BERNARDES: REDES DE CONTATO, OLIGARQUIAS E A IMPRENSA COMO PROJEÇÃO POLÍTICA LOCAL NO

INÍCIO DO SÉCULO XX. **30º Simpósio Nacional de História, ANPUH.** Recife, 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564694313_ARQUIVO_artigoanpuh.pdf. Acesso em: 26 de junho de 2024.

PACHECO, L. O. **Calçadão Arthur Bernardes: Centralidade e espaço público em Viçosa (MG).** 2023. 108 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2023.

SILVA, M. L. **EXPANSÃO DA CIDADE DE VIÇOSA (MG): A DINÂMICA CENTRO-PERIFERIA.** 2014 (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Departamento de Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo.